RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 62, DE 09 DE JULHO DE 2004.

Dispõe sobre as competências para a execução das atividades de Recursos Humanos e Folha de Pagamento de Pessoal dos Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais e, considerando o disposto no art. 1º da Lei n.º 11.861, de 25 de julho de 1995, no art. 1º e 2º do Decreto n.º 41.585, de 13 de março de 2001 e, ainda, a necessidade de definir a responsabilidade da execução da folha de pagamento, do controle de gastos com pessoal e da uniformização e padronização de procedimentos,

RESOLVE:

Art. 1º As atividades de administração de pessoal e de elaboração da folha de pagamento dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, inseridas no Sistema de Administração de Pessoal - SISAP/FFAK, são de responsabilidade das Superintendências de Gestão e Finanças e/ou Diretorias de Pessoal ou equivalente, às quais compete respectivamente, controlar e executar as atividades relativas à administração de pessoal, pagamento e orientação de seus direitos e deveres, e ainda:

- I – coordenar e controlar a entrada de dados de recursos humanos no SISAP;
- II – executar a taxação de pagamento;
- III - examinar, registrar e classificar os documentos relativos aos servidores;
- IV – manter organizado e atualizado o cadastro funcional;

V - analisar, processar e informar expedientes e documentos relativos a concessão de direitos, vantagens e aposentadoria dos servidores.

VI – fornecer informações às Unidades Centrais quando requisitado, respeitados os prazos legais.

Art. 2º A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por intermédio da Superintendência Central de Administração e Pagamento de Pessoal, é responsável pela padronização, implantação e gerenciamento do Sistema de Administração de Pessoal, bem como da orientação, supervisão técnica, processamento e inspeção dos procedimentos relativos a pagamento de pessoal da Administração Direta, das Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional adotarão as medidas necessárias à implementação desta Resolução, a partir de diretrizes da Superintendência Central de Administração e Pagamento de Pessoal, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2004.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão